



Câmara Municipal de Missal

Estado do Paraná

11ª SESSÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 24.04.2023**

ATA Nº 017/2023

Ata da reunião dos Vereadores do Município de Missal, Estado do Paraná, referente à **11ª Sessão Ordinária** da Terceira Sessão Legislativa da Décima Legislatura, realizada no vigésimo quarto dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, às nove horas, no Plenário Edmundo Schwendler da Câmara Municipal de Missal. A sessão foi presidida pelo vereador **Jair Loreno Bogler** e secretariada pelo vereador **Elias Xavier Andrade**. O presidente deu início à sessão cumprimentando os colegas vereadores, as pessoas presentes e quem os acompanhava pelas redes sociais e, invocando a proteção divina, declarou a sessão aberta, passando ao **PEQUENO EXPEDIENTE**, no qual a vereadora Ceni Justen fez a leitura de um texto bíblico. Em seguida, o presidente passou para a assinatura do termo de presença, tendo estado presentes na sessão os vereadores: Algacir Kroth, Ceni da Rosa Justen, Elias Xavier Andrade, Elmo Franke Pauli, Jair Francisco Rauber, Jair Loreno Bogler, Maico Luzzi, Tarcisio Mascarello e Valentin Kniphoff. Após os vereadores terem assinado o termo de presença, o presidente colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores, 10ª Sessão Ordinária e 5ª e 6ª Sessões Extraordinárias. Como não houve manifestações contrárias, as atas foram aprovadas. Em seguida, o secretário fez a leitura do **Ofício nº 096/2023** – Gabinete do Prefeito, o qual designava a servidora Aline Luzzi para se manifestar na tribuna e prestar os esclarecimentos solicitados. Em seguida, o presidente deu início ao **GRANDE EXPEDIENTE**, no qual houve a segunda discussão e segunda votação do **PL-089/2022/E** – Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social à Associação Comunitária de Serviços de Radiodifusão, através da celebração de Termo de Fomento e dá outras providências. O vereador e secretário da sessão pediu para repassar as leituras da sessão para o segundo secretário, vereador Elmo Pauli, visto que ele estava com irritação na garganta. O vereador Elmo, então, procedeu com a leitura da justificativa ao projeto e dos pareceres das comissões e do parecer jurídico. Sendo todos os pareceres favoráveis, o presidente passou à discussão do projeto, e não havendo manifestações, em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o presidente passou à segunda discussão e segunda votação do **PL-022/2023/E** – Revoga as Leis Municipais nº 1.626, de 19 de novembro de 2021, e nº 1.671, de 13 de maio de 2022, e dá outras providências. O segundo secretário, vereador Elmo Pauli, fez a leitura da justificativa e dos pareceres das comissões e jurídico, nos quais todos os pareceres foram favoráveis. O presidente, então, passou à discussão do projeto, na qual o vereador Elmo se manifestou e justificou seu posicionamento contrário à aprovação do projeto. Em votação, o projeto de lei foi aprovado por sete votos favoráveis e um contrário, sendo

que o vereador Elmo Pauli votou contra a aprovação do projeto. Dando continuidade à sessão, o presidente passou à segunda discussão e segunda votação do **PL-025/2023/E** – Institui Gratificação mensal para os Agentes Públicos do Poder Executivo e dá outras providências. O segundo secretário fez a leitura da justificativa e dos pareceres das comissões e do parecer jurídico ao projeto de lei, onde todos os pareceres foram favoráveis. O presidente, então, passou à discussão do projeto e, não havendo manifestações, passou à votação do projeto que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente passou à primeira discussão e primeira votação do **PL-023/2023/E** – Altera a Lei Municipal nº 565, de 20 de dezembro de 2001, a qual instituiu o Plano de desenvolvimento agropecuário do Município de Missal para a inclusão do item 1.28 e dá outras providências. O segundo secretário leu a justificativa e os pareceres das comissões e o parecer jurídico, sendo todos os pareceres favoráveis. O presidente, então, passou à discussão do projeto, onde o vereador Maico Luzzi se manifestou e fez comentários sobre o projeto. Não havendo mais discussões, o presidente passou à votação do projeto, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente passou para a primeira discussão e primeira votação do **PL-028/2023/E** – Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar para o exercício de 2023 e dá outras providências. Após o segundo secretário ler a justificativa e os pareceres das comissões e jurídico, sendo todos favoráveis, o presidente passou à discussão do projeto e os vereadores Elmo e Maico se manifestaram e comentaram sobre o projeto. Em votação, o projeto de lei foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente passou para a leitura das **INDICAÇÕES**, onde o segundo secretário leu a **IN-29/2023** – Vereadores Maico, Jair Rauber, Tarcisio, Elmo, Elias e Jair Bogler – que indica que seja estudada a viabilidade de contratar uma empresa de vigilância para fazer o monitoramento das escolas e Cmeis municipais. Após a leitura da indicação, os vereadores Maico, Jair Rauber, Elmo e Jair Bogler se manifestaram e comentaram sobre a indicação. Encerradas as matérias do grande expediente, o presidente passou para as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, onde, em resposta ao convite do presidente, o prefeito municipal havia designado a secretária municipal de administração, sra. **Aline Luzzi**, para prestar os esclarecimentos solicitados. A sra. Aline disse que estaria prestando os esclarecimentos a cerca de uma nota de repúdio publicada na página do Facebook denominada “Verdade e Liberdade” no dia 17 de abril de 2023. Ela disse que ficou pensando na noite anterior em como começaria a falar sobre a nota de repúdio, mas que não pensara em nada concreto em razão do conteúdo absolutamente improcedente e absurdo que constava naquela nota de repúdio. Disse que ela e a administração municipal repudiavam veementemente a nota de repúdio. A sra. Aline explicou sobre o projeto de lei para realização do processo seletivo simplificado, onde citou que ela, juntamente com o prefeito, esteve na reunião das comissões e prestou esclarecimentos acerca do projeto. Explicou que não seriam criadas novas vagas com o PSS, com exceção da vaga de assistente social e psicólogo, sendo apenas substituição do PSS que estava por ser encerrado, onde o planejamento e execução de um processo seletivo levava pelo menos quatro meses para ser realizado, e por isso deveriam realizar um PSS para cadastro de reserva como forma de ter um servidor apto a ser chamado caso alguém pedisse exoneração. Citou ser totalmente inverídica a informação de que seriam criadas 71 vagas. Comentou também sobre o número de servidores públicos, no total de 578 já descontados os efetivos que estão designados para outras funções. Citou que possuem 36 servidores readaptados no município. Reafirmou novamente que não haviam sido criadas 71 vagas com o PSS, onde possivelmente 50 poderiam ser chamados no lugar dos servidores que estavam

trabalhando, onde a população precisava de continuidade na prestação dos serviços. Comentou novamente o conteúdo absurdo da nota de repúdio, onde a promotora de justiça esteve pessoalmente no município e havia falado para os vereadores que estavam presentes que o PSS não era ilegal e que ela havia solicitado cargos, pois a ação social estava defasada de servidores. A secretária explicou que seria uma irresponsabilidade a realização de concurso no momento, pois havia a insegurança dos royalties, e por isso precisavam preservar o direito dos servidores efetivos. A secretária também tratou de outro assunto que constava na nota de repúdio, que dizia que eram pagos salários milionários, e para ela, salários milionários eram na casa do milhão, e isso não havia sido pago. Citou o caso do servidor Paulo, servidor de carreira há 21 anos, e que era essencial na secretaria, por isso, havia sido pago uma licença, e esses salários eram decorrentes do pagamento de direitos e do plano de cargos e carreiras. A secretária questionou o motivo deles criarem o descontentamento da população para com os servidores públicos. A secretária encerrou sua fala, dizendo serem inverídicos os fatos constantes naquela nota de repúdio, pois haviam vindo pessoalmente na Câmara com o ofício do Ministério Público para explicar o motivo do PSS e do cadastro de reserva. Os vereadores haviam conversado pessoalmente com a promotora de justiça, os salários milionários não eram milionários, e que a administração Ferrari e Chinho valorizava sim os servidores, e ela continuaria vindo à Câmara defender os funcionários do município. Encerrada a manifestação na tribuna, o presidente avisou que havia chegado um convite da escola Santos Dumont para realização de festa junina no dia 5 de maio. Como não haveria sessão ordinária na segunda-feira, devido ao feriado, estaria fazendo a leitura naquele momento. Nada mais tendo a ser deliberado, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão.